

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA  
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

**ÁTILA BONIFÁCIO DE PONTES**

**DIREITO AUTORAL DO FOTÓGRAFO – ANÁLISE DA ESTRUTURA LEGAL E DA  
JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE O DIREITO DO AUTOR DA IMAGEM**

**JOÃO PESSOA  
2019**

**ÁTILA BONIFÁCIO DE PONTES**

**DIREITO AUTORAL DO FOTÓGRAFO – ANÁLISE DA ESTRUTURA LEGAL E DA  
JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE O DIREITO DO AUTOR DA IMAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Direito de João Pessoa do Centro de  
Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba como requisito parcial  
da obtenção do grau de Bacharel em  
Direito.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Maria Creusa de Araújo  
Borges

**JOÃO PESSOA  
2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

P814d Pontes, Átila Bonifácio de.

DIREITO AUTORAL DO FOTÓGRAFO - ANÁLISE DA ESTRUTURA  
LEGAL E DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE O DIREITO DO  
AUTOR DA IMAGEM / Átila Bonifácio de Pontes. - João  
Pessoa, 2019.  
49 f.

Orientação: MARIA CREUSA DE ARAÚJO BORGES.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. DIREITO AUTORAL. DIREITO À IMAGEM. FOTÓGRAFO. I.  
BORGES, MARIA CREUSA DE ARAÚJO. II. Título.

UFPB/CCJ

**ÁTILA BONIFÁCIO DE PONTES**

**DIREITO AUTORAL DO FOTÓGRAFO – ANÁLISE DA ESTRUTURA LEGAL E DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE O DIREITO DO AUTOR DA IMAGEM**

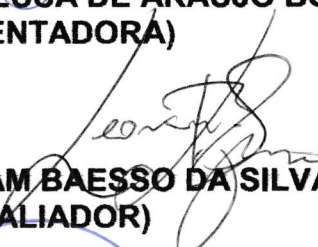
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Maria Creusa de Araújo Borges

**DATA DA APROVAÇÃO: 25 DE ABRIL DE 2019**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA CREUSA DE ARAÚJO BORGES**  
**(ORIENTADORA)**

  
**Prof. Dr. LEONAM BAESSO DA SILVA** L121ERO  
**(AVALIADOR)**

  
**Prof. Dr. JONABIO BARBOSA DOS SANTOS**  
**(AVALIADOR)**

## **AGRADECIMENTO**

O trabalho de conclusão de curso é a realização de uma etapa importante da vida de qualquer aluno universitário. Foram muitas horas investidas no estudo e com muitas privações para alcançar o tão sonhado grau de Bacharel em Direito, mas que quero dividir esse mérito e horas dedicadas com todos aqueles que acreditaram junto comigo nessa empreitada.

Quero agradecer primeiramente à Deus, pelo privilégio de ter uma família maravilhosa e amigos queridos, que entenderam cada momento de dificuldade e ausência e que me ajudaram em mais uma conquista.

À minha família agradeço ao meu querido pai Agostinho, Carmezita e Tiagão, e aos meus irmãos Pedro, Paulo, Aida, Tiaguinho, Adriano. Agradeço em especial ao meu irmão Alan pelo incentivo e ajuda durante o curso. Agradeço à minha amada mãe Lêda que com muito amor sempre me apoiou nos estudos, não faltando incentivo para aprender cada vez mais. Vocês serão sempre muitos especiais na minha vida.

Não poderia esquecer da minha amada esposa Laíz que com paciência e compreensão me ajudou nos momentos estressantes do curso, sempre com palavras de carinho, incentivo, paciência e muito amor durante todo o curso.

À todos os colegas que sempre me ajudaram, apoiaram e foram mais que amigos. Em especial, aos colegas de Santa Rita, Igor, Wendson, Ronaldo, Pedro, Arthur, Dennis, Ítalo, Bruno, Carlos, Kayo, Duque, Vivian, Lavynia, Hannah, Rayanne, Jucelandia, Giovanna, Selma e Adriana, e aos de João Pessoa, Carol, Camila, Márcio, Luís, Myrla, Nicole, Alexandra, Tom, Marco, Arthur e Thaís.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Creusa Araújo Borges, por ter acreditado na pesquisa, orientando e contribuído no desenvolvimento do trabalho.

Por fim, agradeço à todos os professores de direito da UFPB que fizeram parte da minha formação e também àqueles que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até esse momento...

Muito obrigado!

## RESUMO

O presente trabalho trata do Direito Autoral da imagem. O objetivo é discutir e analisar as estruturas legais e da jurisprudência do STJ decorrentes do direito autoral do fotógrafo, se baseando nas normas da Constituição Brasileira, do Código civil e as leis que apresentam a defesa de tal direito, decorrente de publicações não autorizadas, usos indevidos de imagens pela imprensa e pela publicidade e/ou propaganda. Chegando à conclusão que nos direitos da personalidade, o direito à imagem se apresenta frágil diante das tecnologias e da necessidade de informação da sociedade. Assegurar o direito à imagem e o direito à liberdade de imprensa são fundamentais nesse processo de desenvolvimento do conhecimento, permitindo, ainda, o direito à informação, mas garantindo também a possibilidade de tutelar outros direitos assegurados em nossa Constituição. Logo, deve-se da mesma forma, garantir a autoria de produções fotográficas e proibir a utilização comercial dessas obras sem autorização.

**Palavras-chave:** Direito Autoral. Direito à Imagem. Fotógrafo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 DIREITO À IMAGEM E DISPOSITIVOS LEGAIS .....</b>	<b>11</b>
2.1 NOÇÕES SOBRE O DIREITO À IMAGEM .....	12
2.2 A LIBERDADE DE IMPRENSA E O DIREITO À IMAGEM.....	14
2.3 O DIREITO CIVIL E O DIREITO À IMAGEM .....	18
2.4 O DIREITO DO AUTOR .....	22
<b>3 DIREITO À IMAGEM NA JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>26</b>
3.1 CASO SOBRE DIREITO À IMAGEM .....	26
3.2 DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA .....	31
3.3 DECISÕES SOBRE O DIREITO DO AUTOR .....	36
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os direitos relativos à personalidade sofrem diversas contravenções que necessitam de regulamentação para sua defesa, pois após os avanços tecnológicos, tendo uma maior facilidade em produzir imagens ou captura-las, editá-las e disseminá-las nas plataformas digitais. Nesse sentido, conhecer as normas e legislações sobre o direito do autor dentro de canais de comunicação e informação, facilitarão o entendimento sobre as essências e os fundamentos nas discursões de proteção da imagem na fotografia e outros relacionados, como os direitos da personalidade, contendo em especial o direito à imagem.

No primeiro momento, sabe-se que tanto a atual Constituição Brasileira de 1988, vigente no país, quanto outras estrangeiras, possuem dispositivos legais já consagrados para resguardar os chamados direitos da personalidade, mas que são relativos com relação aos outros direitos. Especificamente no Brasil, os direitos da personalidade asseguram à proteção da intimidade, privacidade, nome, honra e imagem.

Mundialmente, o uso da imagem nunca teve tanta relevância como nos atuais meios de comunicação e nos canais de informação para divulgação de conhecimento *online* e *offline*. A internet é um dos melhores exemplos para justificar o atual momento, pois através de bilhões de usuários conectados e acessando um meio tão democrático, detém o poder de compartilhar, e disponibilizar imagens a qualquer tempo, sem qualquer restrição ou limite. A facilidade é tamanha que utilizando dispositivos conectados como *tablet* e *smartphone* temos em nossas mãos a possibilidade de criar, manipular e compartilhar imagens utilizando os mais diversos aplicativos e plataformas sociais, tornando uma única imagem acessível a um número imensurável de pessoas, sem limites de tempo ou espaço geográfico.

Por outro lado, utilizar todo esse poder de disseminação de imagens e informação de maneira indiscriminada, nos proporcionaria ameaças e lesões aos direitos da personalidade quando os indivíduos invadem a vida, a honra, a privacidade e a imagem das outras pessoas, de forma que violam claramente o direito assegurado na nossa carta maior e nos códigos presentes no ordenamento jurídico brasileiro.

É importante entender que a internet não é um campo sem lei, tão pouco sem regras e restrições. No meio digital, a Lei N° 12.965/14 é a responsável por



regulamentar e orientar o uso da Internet no Brasil. Todavia, por ser uma legislação nova, dificilmente se esgotarão as discursões sobre ilícitos cometidos após sua vigência. Isso remeteria a poucos casos na justiça abrangendo o tema de direito do autor, e obviamente não tutelando as diversas situações futuras nas plataformas digitais com relação aos direitos da personalidade, em especial o direito à imagem, assim também como aqueles dos direitos à liberdade de expressão e de liberdade de imprensa.

No entanto, esse campo ainda em desenvolvimento, nos permite refletir e desenvolver muitas argumentações sobre as nossas legislações atuais e sobre o direito do autor. A partir disso, pode-se comparar com os dispositivos presentes nas liberdades e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, do novo Código de Direito Civil de 2002 e também das decisões e jurisprudências dos tribunais superiores, sendo todas muito relevantes para o tema de direito do autor e direito à imagem, importantes no desenvolvimento das argumentações desse trabalho.

O presente trabalho, portanto, alcançará as amplitudes e proporções sobre o direito à imagem nos meios de informação e os dispositivos de tutela ao direito do autor. Objetiva-se, portanto, discutir e analisar as estruturas legais e da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça decorrentes do direito à imagem que são assegurados na constituição brasileira, verificando principalmente a relação do direito do autor na tensão entre o direito de uso de imagem versus direito à imagem, nos casos analisados.

O trabalho torna-se relevante para a sociedade, em especial à comunidade acadêmica, quando apresenta entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema de direito do autor e direito à imagem correlacionando-os com os exemplos já ocorridos e apresentados em diversos meios de comunicação, demonstrando como as decisões proferidas se relacionam com a nossa constituição federal, as legislações sobre o tema e no novo código civil. Neste sentido, faz-se mister ressaltar os fundamentos sobre o direito do autor e do direito à imagem, levando a reflexão sobre os danos causados pelas imagens indevidamente divulgadas, e não autorizadas, que são passíveis de discursões subjetivas, ensejando portando nos danos materiais e nos danos morais. De toda forma, não serão tratados tais temas com relação ao direito penal brasileiro.

Para exemplificar tamanha importância, um fato que teve dimensão mundial, envolvendo o direito à imagem e o direito do autor findou em setembro de 2017. O caso tratava sobre o direito à imagem relativas ao macaco Naruto, que era representado por uma organização contra um fotógrafo americano que produziu as fotografias. As imagens do animal tiveram grande repercussão na Internet depois de algumas fotos terem sido compartilhadas milhares de vezes nas redes sociais em 2011. O fato rendeu um litígio de mais de 5 anos entre a organização Pessoas pelo Tratamento Ético de Animais (PETA) e o fotógrafo David Slater.

O interessante no episódio mencionado foi que o autor da fotografia foi processado pelo direito de uso sobre as imagens do macaco Naruto, mesmo sendo o produtor das imagens. Na decisão da ação judicial tramitada em 2018, a corte americana confirmou a negação do pedido sobre os direitos à imagem de Naruto, se vendo nesse momento o autor livre de qualquer ônus sobre o material que produziu. No entanto, antes da decisão, num acordo firmado entre as partes, houve a garantia do fotógrafo David em dividir todos os futuros lucros referentes aos direitos autorais conseguidos com a imagem de Naruto<sup>1</sup>. Trazendo para a legislação brasileira, o fotógrafo teria o seu direito do autor confirmado, já que àquela imagem foi sua produção e criação, por outro lado, não existiriam restrições quanto ao seu uso, já que o macaco Naruto não gozaria de direito à imagem, como também confirmado pela justiça americana.

Como se observará, o direito civil e a constituição brasileira são basilares na solução de conflitos entre as relações humanas. Então, o foco dessa presente pesquisa é responder a pergunta central: Quais as normas legais e os entendimentos jurisprudencial do STJ para os profissionais da fotografia no campo do direito autoral? Para isso, tem-se como objetivo principal analisar a doutrina sobre o direito autoral e os casos concretos de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, a pesquisa procedeu: 1. Identificando alguns casos recentes de direito à imagem julgados no Superior Tribunal de Justiça e; 2. Analisando os entendimentos da legislação atual na doutrina com relação ao código civil e a constituição.

---

<sup>1</sup> G1, Tribunal americano decide que macaco não é autor de famosa *selfie*, 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/tribunal-americano-decide-que-macaco-nao-e-autor-de-famosa-selfie.ghtml>>. Acesso em 25 jan 2018.

A metodologia utilizada para atender tais objetivos foi a pesquisa bibliográfica por livros *online* e *off-line* em que doutrinadores trataram do tema do direito do autor e do direito à imagem no Código Civil. A pesquisa qualitativa também foi realizada de maneira online em informativos dos tribunais, revista e sites especializados em conteúdos jurídicos. A pesquisa auxiliou na identificação e análise das decisões dos tribunais superiores, relatos de casos e outras importantes referências.

Uma rápida pesquisa constatou-se que em muitos processos, julgados nos Superior Tribunais de Justiça, devido à facilidade de obtenção da imagem através da Internet, acarretaram um grande crescimento de litígios e pedidos de tutela do direito à imagem e dos direitos do autor. Nas alegações centrais dos pedidos foram tratadas as reparações de perdas e danos e a outras de responsabilização civil, sendo este o mecanismo utilizado do ordenamento jurídico brasileiro para a resolução dos conflitos.

O trabalho se divide em quatro partes. No primeiro capítulo, tratará do tema: Direito à Imagem e Dispositivos Legais, em que serão apresentados os fundamentos da imagem, a doutrina sobre os direitos da personalidade e a legislação sobre direito do autor. De maneira mais ampla serão abordados os dispositivos constitucionais que protegem o direito à imagem e sua relação com o direito civil.

Ainda serão citados os autores Carlos Roberto Gonçalves, Flávio Tartuce, Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosendal e outros, que abordaram os temas do direito do autor e direito à imagem no direito civil, a relação do direito à imagem com a liberdade de imprensa e as legislações que transitam na defesa do direito à imagem, do indivíduo e de seu criador, tendo certamente mais subsídios e propriedade para que se trate do direito do autor.

A tutela do direito do autor e direito à imagem também serão abordados neste capítulo, pois são direitos correlacionados quando se referencia o uso da fotografia nos mais diversos meios de informação e comunicação. Assim, o entendimento sobre a lei de direitos autorais será de fundamental relevância para compreensão das decisões que foram proferidas em nossos tribunais.

No capítulo sobre Direito à imagem na Jurisprudência, serão referenciados alguns casos jurisprudenciais envolvendo o direito à imagem, a divulgação não autorizada de imagens e o direito do autor em decisões que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça.

Na seção sobre o Caso sobre Direito à Imagem, tem-se os fundamentos utilizados pelo Superior Tribunal de Justiça em decisão sobre um processo concreto de tutela de imagem de terceiro. Nesta seção, teve-se a preocupação em analisar o desenvolvimento em relação ao direito à imagem com aos pedidos de indenização pelos danos causados na divulgação da imagem, tendo como base os direitos à liberdade de imprensa e os direitos da personalidade (imagem).

Na seção sobre Divulgação não Autorizada de Imagens, o caso da atriz Débora Secco representa importante entendimento sobre a distinção entre o direito autoral do fotógrafo e o direito à imagem, apresentando entendimento em relação aos seus fundamentos.

Na última seção trata-se de decisões sobre o direito do autor, abordando dois casos de fotógrafos que tiveram utilizadas suas imagens sem autorização e como procederam nos nossos tribunais, tendo como base todos os dispositivos apresentados no texto deste trabalho.

## 2 DIREITO À IMAGEM E DISPOSITIVOS LEGAIS

Os relatos de violações ao direito à imagem, a busca pela defesa e os pedidos de reparação que são encaminhadas à justiça levaram o tema a se tornar importante no meio jurídico em todo o mundo, esse fato ocasionou também sua relevância diante de várias discussões nos tribunais de justiça até chegar em decisões nos tribunais superiores brasileiros. Conforme apresentou em uma citação do Tribunal Regional do Trabalho sobre a transmissão de imagens abusivamente:

“Há muito pouco tempo a imagem passou a merecer o tratamento do direito. As violações passaram a ser indenizadas. As imagens transmitidas abusivamente mereceram as primeiras proibições de serem repetidas.”<sup>2</sup>

Nesse âmbito é que os profissionais do direito são convidados a dirimir os conflitos e as outras ausências normativas, pois embora aparentemente se apresentem de maneira simples em sua essência, nos evidencia que o tema merece uma argumentação mais profunda dos nossos direitos e garantias fundamentais com referência aos direitos da personalidade. Não suficiente, a pluralidade de contexto sobre o tema envolverá dispositivos legais e outras áreas do conhecimento, sendo em momento oportuno, alcançados pelos dois principais ramos do direito para o trabalho: o Direito Civil e o Direito Constitucional.

É importante entender inicialmente que a imagem apresenta-se de diversas formas nos meios de comunicação, sendo a fotografia a principal delas. As imagens produzidas podem fornecer informações e conceitos sobre qualquer pessoa, animal, lugar etc., mas que dependendo de como foram utilizadas deverão gozar de uma tutela e autorização prévia.

---

<sup>2</sup> Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região : Vol. 1, n. 12 (out. 2012)  
Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/97281>> Acesso em: 25/01/2018.

## 2.1 NOÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO À IMAGEM

O direito à imagem é reconhecido dentro de três correntes no ordenamento jurídico brasileiro. A primeira corrente: a negativista que não admitiria a existência de tal direito; a segunda corrente: que reconheceria o direito à imagem na sua existência - no entanto, apenas como reflexos de outro instituto jurídico, relatando uma das duas teorias afirmativas; e a terceira corrente: reconhecendo a imagem como um direito autônomo, desvinculando portanto de qualquer outro instituto jurídico<sup>3</sup>.

Analizando nossa carta magna, a autonomia conceitual do direito à imagem foi reconhecida em sede constitucional, dentre os direitos e garantias fundamentais (CF, art. 5º, V e X), merecendo portanto uma proteção específica, independentemente de afronta à honra ou à privacidade.

Depois de promulgada a Constituição Federal de 1988, o direito à imagem ascendeu ao status de direito autônomo, permitindo na ocasião que o legislador constituinte originário fizesse referência do quão importante teria esse direito em nosso ordenamento jurídico, a sua necessidade para ter legislações protetivas e a sua distinção com relação aos outros direitos da personalidade.

Carlos Roberto Gonçalves reforçou a autonomia do direito à imagem, mas entendeu que embora esse direito esteja conexo a outros bens, como a intimidade, a identidade, a honra etc., não constituem parte integrante deles. Na mesma proporção explica que seria possível, com efeito, ofender-se a imagem contudo sem atingir outros bens protegidos, como por exemplo a honra das pessoas (GONÇALVES, 2017, p. 221).

Na mesma visão, e ampliando a perspectiva sobre essa autonomia, Farias e Rosenvald acrescentam que “o direito à imagem é autônomo e independente, não estando portanto submetido à honra ou privacidade e, sequer, à possível exploração econômica” (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p.204).

Carlos Roberto Gonçalves diz que a proteção do direito à imagem resultara de um longo e paulatino trabalho pretoriano, na medida que não decorreria de

---

<sup>3</sup> Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região : Vol. 1, n. 12 (out. 2012) Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/97281>> Acesso em: 25/01/2018.

nenhum texto expresso (GONÇALVES, 2017, p.220). No entanto, a Constituição Federal de 1988 foi quem veio afastar qualquer dúvida que porventura ainda pudesse ocorrer sobre a tutela do direito à própria imagem, além das decisões dos nossos tribunais sobre o tema.

O direito à imagem, enquanto propriedade intelectual, se apresenta na constituição federal no artigo 5º, inciso XXVIII, alínea “a”. O inciso e sua alínea asseguram nos termos da lei:

Art 5º, XXVIII - A proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas<sup>4</sup>;

Nesse inciso, se fala especificamente da proteção do direito à imagem que se tem sobre a reprodução da imagem, e por consequência sobre o detentor de seus direitos. Segundo Farias e Rosenvald, existe uma noção de integridade intelectual que refletiria na proteção das criações, as manifestações do intelecto, como a liberdade de pensamento e o direito ao invento (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p. 224).

Na salvaguarda sobre uma obra e sua reprodução, encontra-se um conceito chamado de contrafação, que é a publicação ou reprodução abusivas de obras alheias, sem a necessária aquiescência do autor, independentemente da destinação (lucrativa ou não) e da sua finalidade.

Na contrafação tem-se “a cópia não autorizada de uma obra tangível”, como vem entendendo a jurisprudência dos tribunais brasileiros. Observando tais ilicitudes, não se considerarão com a usurpação de nome ou de pseudônimo, que se caracteriza em atribuir uma obra estranha a outrem para indevido proveito, econômico ou social, decorrente da condição de titular (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p. 234).

---

<sup>4</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 21 jan 2019.

## 2.2 LIBERDADE DE IMPRENSA E DIREITO À IMAGEM

O art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, dispõe ser livre a exteriorização do pensamento, desde que seja vedado seu anonimato. O propósito da norma é a de evitar que eventuais abusos sejam cometido, sendo da mesma forma garantido a responsabilização por aqueles que foram indicados como autores. Nesse sentido, o inciso V do art. 5º, garante que: “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”<sup>5</sup>.

Observa-se que o direito à liberdade de imprensa na nossa carta magna, da mesma maneira e como qualquer outro direito, não é um direito absoluto. Diante de várias situações abusivas no cotidiano, a liberdade de imprensa pode ser verificada em outros diplomas legais, como na Lei de Imprensa – Lei 5250/67, no Código Penal, e no artigo 186 do Código Civil.

Art. 1º - É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, **respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer** (Grifo nosso)<sup>6</sup>.

Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito<sup>7</sup>.

O interesse público protege a liberdade de informação. Vemos essa liberdade garantida na Constituição Federal de 1988, presentes nos art. 5º, inc. XIV, e art. 220 e seu § 1º, permitindo a livre divulgação de imagem de pessoas públicas quando no exercício de suas funções. Como exemplos de divulgação, temos tais momentos quando a imprensa publica uma imagem de uma autoridade na inauguração de uma obra pública; ou de um deputado fazendo sua oratória na tribuna do senado; ou

---

<sup>5</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 21 jan 2019.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Brasília, DF, 1967. Lei Ordinária. Publicada no DOU de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm)>. Acesso em 25 jan 2019.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. **Código Civil. Lei n.10.406 de janeiro de 2002**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-norma-pl.html>>. Acesso em 25 jan 2019.



quando se divulga imagens de artistas ou pessoas famosas em locais públicos, desde que tais divulgações sejam informações verídicas.

José Afonso da Silva salienta que

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um 'direito fundamental' de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. Reconhece-lhes o direito de informar ao público os acontecimentos e ideias, objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação (SILVA, 2006, pag. 248).

Na IV Jornada de Direito Civil foi tratado da ponderação sobre a proteção à imagem em relação ao acesso à informação e liberdade de imprensa, aprovando o enunciado n. 279 do CJF/STJ, no seguinte sentido:

“A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa. Em caso de colisão, levar-se-á em conta a notoriedade do retratado e dos fatos abordados, bem como a veracidade destes e, ainda, as características de sua utilização (comercial, informativa, biográfica), privilegiando-se medidas que não restrinjam a divulgação de informações”<sup>8</sup>.

O criminalista emérito e conceituado professor Paulo José da Costa Júnior consignou a possibilidade da fotografia ser tão-só uma componente do fato registrado, como sucede nas solenidades de inaugurações, paradas, funerais, ou em catástrofes. Advertindo em suas palavras:

“Faz-se mister, entretanto, que a catástrofe ou a solenidade reproduzidas sejam bem visíveis, não bastando mera menção. E que o acontecimento seja representado tal como se deu. Somente assim se justifica o sacrifício do direito de imagem.” (COSTA, 1995, pág. 116)

---

<sup>8</sup> Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região : Vol. 1, n. 12 (out. 2012)  
Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/97281>> Acesso em: 25/01/2018.

O pensamento remete a importância que se deve ter o interesse em noticiar os eventos de interesse público e que possibilite à liberdade de expressão, não apenas das pessoas que dele participem, mas do contexto fático, para que não haja em análise posterior uma violação de outros direitos da personalidade e direitos conexos.

É dessa forma, porquanto, que o direito à imagem deve ser jungido ao direito à intimidade, pois quem participa de um acontecimento público renunciaria em partes à sua privacidade diante do interesse sobre o acontecimento.

Por outro lado, há momentos que se consideraria limites sobre o interesse público e à liberdade de imprensa e neste caso não sendo tão ampla, Ricardo Luís Lorenzetti nos relata que:

O direito à liberdade de imprensa pode ser limitado por algumas razões de interesse público, como, por exemplo: a) a censura prévia a espetáculos, a fim de se proteger a moral da infância e da adolescência; b) proibição de propaganda em favor da guerra e toda apologia do ódio nacional, racial ou religioso que incite à violência ou a ações discriminatórias. (LORENZETTI, 1998, p. 508).

De acordo com autores sobre o tema de liberdade de imprensa, a prudência é a melhor forma de avaliar os preceitos e questões na análise da divulgação de notícias e imagens sobre determinadas pessoas, sendo fundamental o uso da técnica de ponderação presente no parágrafo § 2º do art. 489, com relação aos direitos protegidos no caso concreto e o direito à imagem.

O dispositivo contido no § 2º do art. 489 do referido Código de Processo Civil (Lei n.13.105, de março de 2015) nos traz o seguinte entendimento: “No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão”<sup>9</sup>.

Dessa maneira, a técnica de ponderação, reconhecida expressamente pelo novo Código de Processo Civil é quem deve orientar o aplicador do direito para os casos envolvendo a liberdade de imprensa, pois já existe atribuição de declaração

---

<sup>9</sup> BRASIL. **Código de Processo Civil. Lei n.13.105 de março de 2015**. Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm)>. Acesso em 25 jan 2019.

de inconstitucionalidade por não recepção da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal, apresentado pelo relator e Ministro Carlos Brito:

O Tribunal, por maioria, julgou procedente pedido formulado em arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT para o efeito de declarar como não-recepcionado pela Constituição Federal todo o conjunto de dispositivos da Lei 5.250/67 - Lei de Imprensa — v. Informativos 496, 518 e 541.

Prevaleceu o voto do Min. Carlos Britto, relator, que entendeu, em síntese, que a Constituição Federal se posicionou diante de bens jurídicos de personalidade para, de imediato, fixar a precedência das liberdades de pensamento e de expressão lato sensu as quais não poderiam sofrer antecipado controle nem mesmo por força do Direito-lei, inclusive de emendas constitucionais, sendo reforçadamente protegidas se exercitadas como atividade profissional ou habitualmente jornalística e como atuação de qualquer dos órgãos de comunicação social ou de imprensa.

Afirmou que isso estaria conciliado, de forma contemporânea, com a proibição do anonimato, o sigilo da fonte e o livre exercício de qualquer trabalho, ofício, ou profissão; a posteriori, com o direito de resposta e a reparação pecuniária por eventuais danos à honra e à imagem de terceiros, sem prejuízo, ainda, do uso de ação penal também ocasionalmente cabível, nunca, entretanto, em situação de maior rigor do que a aplicável em relação aos indivíduos em geral.<sup>10</sup>

Segundo Flávio Tartuce, a liberdade de imprensa deverá dar prevalência à divulgação de imagens que sejam verdadeiras, desde que elas interessem de fato à coletividade, no qual ele acredita ter a imagem uma função social. Assim, exemplifica ilustrando que no caso de uma pessoa notória, um artista famoso, a notícia pode até ser vinculada, desde que isso não gere uma devastação ou arruíne a sua vida. Acrescentando que havendo prejuízo à dignidade humana, serão aplicados os princípios da prevenção e da reparação integral, também constantes no art. 20 do Código Civil de 2002 (TARTUCE, 2017, pag. 98)

Sobre o tema de liberdade de expressão e direito de informação presentes em outras legislações estrangeiras, o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal se manifestou da seguinte forma:

---

<sup>10</sup> STF, ADPF 130/DF, rel. Min. Carlos Britto, 30.4.2009. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo544.htm#ADPF%20e%20Lei%20de%20Imprensa%20-%208>> . Acesso em 12 fev 2019.

I – Se nenhuma dúvida existe quanto à dignidade constitucional do princípio fundamental da liberdade de expressão e do direito de expressão e do direito de informação ('liberdade de informar', 'de se informar' e 'de ser informado'). Também se perfila como não menos relevante o princípio da salvaguarda do bom nome e reputação individuais, e o direito à imagem e reputação – cfr. Art. 26, nº 1, da CONST. II. A liberdade de expressão não pode (e não deve) atentar, contra o direito ao bom nome e reputação, salvo quando estiver em causa um interesse público que se sobreponha àqueles e a divulgação dos factos seja feita de forma a não exceder o estritamente necessário a tal salvaguarda. III. Mormente quando estiverem em causa críticas dirigidas ao funcionamento de um serviço público ou uma atuação de um dado agente político, domínio em que impera uma particular sensibilidade social que de certa forma alarga os contornos do direito de crítica. IV. E o que se passa em caso de inércia do visado, enquanto dirigente de um serviço público (Centro de Saúde) – que perdurou por cerca de um ano – no desencadeamento e na conclusão do processo burocrático que se lhe encontrava confiado e relativo à criação de determinadas unidades orgânicas integradas na respectiva área de atuação.<sup>11</sup>

A importância sobre o tema de direito à imagem verso a liberdade de imprensa é tamanha, que nosso legislador criara dispositivos processuais hábeis para proibir a prática ou a repetição de determinados fatos, desde que sejam capazes de provocar algum dano com suas ações. Diante de alguma ameaça poderá sinalizar o juiz a proferir decisão impositiva, determinando, por exemplo, que certa notícia com caráter prejudicial à imagem de alguém seja protegida, não sendo desta forma veiculada.

## 2.3 DIREITO CIVIL E O DIREITO À IMAGEM

Não é recente a importância da tutela ao direito à imagem tem sobre a história das sociedades modernas. Farias e Rosenthal relataram em seu livro que a primeira decisão protetiva do direito à imagem teria sido lavrada na França, em 1855, quando o Tribunal Civil de *la Seine* proibira a exposição pública de um quadro representando a imagem da diretora de uma congregação religiosa (FARIAS e ROSENTHAL, 2015, p. 241).

---

<sup>11</sup> Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Processo nº 04B4789; Documento nº SJ 200503030047892; Rel. Ferreira de Almeida; j. 03.03.2005; v.u. No mesmo sentido: TRF - 2ª Região - 3ª T.; AC nº 97.02.08886-0-RJ; Rel. Juíza Maria Helena; j. 8/9/1998; v.u.; DJU 23/2/1999. RT 766/425. Disponível em <[www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/artigos/Gustavo\\_imagem.doc](http://www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/artigos/Gustavo_imagem.doc)> Acesso em 3 fev 2019.

Bem por isso, o direito à imagem teria um conceito exclusivo e excludente de alguém ser identificado, tendo deste modo gozar de uma proteção para a sua utilização em nossa sociedade, como percebe-se já alguns anos e que certamente ainda necessita de tutela.

A Constituição Federal busca a coexistência harmônica entre os princípios e as garantias fundamentais, assim o direito à imagem tem relação conexa com a liberdade de expressão ou liberdade de imprensa, como visto anteriormente. É exatamente neste sentido que o parágrafo primeiro do artigo 220 da Constituição Federal, nos diz que a liberdade de expressão deve contudo estar limitada ao respeito à vida privada, intimidade, honra e imagem das pessoas representadas no art. 5º da Constituição Federal.

Resume-se que o direito à imagem possui um caráter privado e absoluto; presente no rol do direito personalíssimo, porém dotado de um conteúdo patrimonial, na medida que gere bens de valor econômico; inalienável, irrenunciável e, em geral, inexpropriável; apresenta a intransmissibilidade *mortis causa*; e um direito com imprescritibilidade.

Além disso, o novo código civil teve como previsão um cláusula geral onde qualquer cidadão poderia exigir cessão a ameaça ou lesão sobre os direitos da personalidade. Sendo dispostos nos arts. 11 e 12 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Art. 12 Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau<sup>12</sup>.

Analisando o parágrafo único do art. 12 do Código Civil, Cristiano Farias e Nelson Rosenvald doutrinam que a tutela jurídica mencionada não será apenas às pessoas que foram lesadas diretamente, mas, por igual, às pessoas que foram

---

<sup>12</sup> BRASIL. **Código Civil. Lei n.10.406 de janeiro de 2002**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-norma-pl.html>>. Acesso em 25 jan 2019.

lesadas indiretamente, como o cônjuge sobrevivente (e, por evidente, o companheiro e o parceiro homoafetivo, também), os ascendentes, os descendentes e os colaterais até o quarto grau. Contudo, menciona que não se deve acreditar num raciocínio simplório afirmando a existência de direitos da personalidade do morto, pois a tutela jurídica concedida pelo parágrafo único do art. 12 é dirigida estritamente às pessoas vivas, permitindo que sejam defendidos os direitos da personalidade do seu ente morto.

No entanto, quando o Código Civil em seu art. 20 trata do direito à imagem, a legitimidade dos lesados indiretos é mais restrita, apenas englobará o cônjuge supérstite (e o companheiro ou o parceiro homoafetivo sobrevivente), os ascendentes e os descendentes, com exclusão dos colaterais (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p. 168).

Diante do fato, deve ser ter em mente que a infração ao direito à imagem ocorre quando sem o devido consentimento do interessado for utilizada a imagem de alguém, ou quando se utiliza a imagem além dos limites nos quais fora autorizada seu uso. Na mesma situação existe porém as exceções, quando o fotógrafo que produziu a imagem se enquadrar em algumas das hipóteses de permissão para a divulgação da imagem para a informação.

Na legislação brasileira, a autorização ou proibição de imagem encontra-se prevista no art. 20 do Código de Direito Civil Brasileiro de 2002 que assim se apresenta:

“Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, **a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas** (grifo nosso), a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.”<sup>13</sup>

Afirma Carlos Roberto Gonçalves que o mesmo art. 20 do Código Civil não exige, em sua parte final, que a reprodução de imagem para fins comerciais, sem autorização do lesado, enseje o direito a indenização, que lhe tenha atingido a honra

---

<sup>13</sup> BRASIL. **Código Civil. Lei n.10.406 de janeiro de 2002**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-norma-pl.html>>. Acesso em 25 jan 2019.

ou a respeitabilidade (GONÇALVES, 2017, pag. 232), de maneira que o episódio dependerá da decisão judicial para sua comprovação, na qual a demanda ao judiciário relate um dano que enseje realmente o direito à indenização.

Yussef Said Cahali alude que,

Em realidade, o direito à própria imagem, sem desvestir-se do caráter de exclusividade que lhe é inerente como direito da personalidade, mas em função da multiplicidade de formas como pode ser molestado em seus plúrimos aspectos, pode merecer proteção autônoma contra a simples utilização não consentida da simples imagem, como igualmente pode encontrar-se atrelada a outros valores como a reputação ou honrabilidade do retratado (CAHALI, 2000, p. 549).

Flávio Tartuce confirma em seu trabalho que para a utilização da imagem de outrem é necessária sua autorização, sob pena de aplicação dos princípios da prevenção e da reparação integral dos danos devido à falta de comprovação desta permissão. No entanto, ele relata resumidamente que a autorização será dispensável em dois casos, se a pessoa interessar à ordem pública ou à administração da justiça, pelos exatos termos da lei (TARTUCE, 2015, pag. 97.), situações que envolverão a liberdade de imprensa e o direito de imagem que serão tratados mais adiante.

A imagem do indivíduo interessará à ordem pública quando relacionados com a sua notoriedade; com o exercício de seu cargo público; para a segurança pública, para conhecimento dos casos de divulgação da justiça e outros relacionados à segurança nacional; quando se destina ao atendimento de fins culturais, científicos e didáticos; pela necessidade de resguardar a saúde pública; e por fim, na identificação compulsória ou imprescindível a algum ato de direito público ou privado.

Além do interesse à ordem pública mencionado, quando são divulgadas imagens gerais em lugares públicos em que os indivíduos sejam simplesmente parte deste cenário, teremos uma situações que poderá ser a imagem divulgada sem a necessidade de autorização daquelas pessoas presentes na imagem, gozando um entendimento em muitos dos julgados do Superior Tribunal de Justiça.

De fato a informação e sua liberdade sobre o tema foi discutido na IV Jornada de Direito Civil. Na mesma ocasião se aprovou o enunciado de nº 279 do CJF/STJ, no seguinte sentido:

“A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa. Em caso de colisão, levar-se-á em conta a notoriedade do retratado e dos fatos abordados, bem como a veracidade destes e, ainda, as características de sua utilização (comercial, informativa, biográfica), privilegiando-se medidas que não restrinjam a divulgação de informações”.<sup>14</sup>

Sobre o assunto, Flávio Tartuce acrescenta que o dilema entre a liberdade de imprensa e o direito à imagem não poderia ser absoluto e deve ser relativado, pois acredita que aplicando pura e simplesmente o art. 20 do Código Civil, entraríamos no campo da censura, e numa solução inconstitucional, como bem entendeu o Supremo Tribunal Federal, no julgado sobre biografias não autorizadas, em junho de 2015 (TARTUCE, 2017, pg. 98).

## 2.4 DIREITO DO AUTOR

O direito do autor observa salvaguarda pela ordem jurídica desde a Convenção de Berlim, de 1908. Mas foi tutelado em sede constitucional no ordenamento jurídico brasileiro no art. 5º, incisos XXVII, XXVIII e XXIX, garantindo aos autores, de maneira geral, o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras e criações.

Fazendo um breve histórico sobre o direito do autor em nossa legislação, as primeiras menções sobre esse direito são oriundas da Lei 5988/73, que regulava os direitos autorais.

Alguns anos depois, a Lei 6533/78 que regulamentava a profissão dos artistas trazia um impedimento sobre a cessão de direitos autorais e os que lhe fossem conexos em seu art. 13, como segue:

Art. 13 - Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Assim, com a criação desta lei em 1978, duas leis que estavam vigentes no Brasil possuíam um objeto diverso sobre o uso das imagens. O fato causava uma

---

<sup>14</sup> Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região : Vol. 1, n. 12 (out. 2012) Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/97281>> Acesso em: 25/01/2018.



insegurança jurídica sobre o tema de direito autoral, pois na lei 5988/73 pertencia ao produtor os direitos autorais sobre a obra podendo dispor de que forma quisesse, no entanto a lei 6533/78 impedia a cessão oriunda da prestação de serviços, o que impossibilitaria o uso.

A inconsistência foi sanada com a revogação da lei 5988/73 pela lei 9610/98, que esclarece que os direitos patrimoniais passaram a não pertencer mais ao produtor das obras. Portanto, as obras audiovisuais, e especificamente sobre a fotografia, pertenceria após a nova vigência da lei ao fotógrafo, já que são os responsáveis pela criação das obras.

A lei nº 9.610/98 sobre direito autoral ou direito do autor estão portanto relacionada com os direitos da personalidade no âmbito intelectual, tendo como objeto à proteção de obras e dos seus elementos criativos, que são típicos da inteligência humana.

Nos termos da mesma lei, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Ao ilustrar de outro modo, cite-se a cessão patrimonial dos direitos do autor, segundo art. 28 da Lei 9.610/1998, pelo qual “cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica” (TARTUCE, 2017, pg. 87).

Deste modo ao vender sua obra, o fotógrafo não deixa de ser o autor dela (mantém seu direito moral). O que ocorrerá é a perda do direito de exploração comercial, que será realizada pelo novo detentor dos direitos patrimoniais daquela criação, sendo realizada pela cessão e pelo licenciamento, em razão do disposto no art. 49 da Lei 9.610 de 1998 que afirma:

“Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos à terceiros, por eles ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes legais com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito”<sup>15</sup>.

As normas para utilização de obra fotográfica, e que estão vigentes até os dias atuais, são descritas no artigo 79 da Lei 9.610 de 1998, nos seguintes dizeres:

---

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Brasília, DF, 1998. Lei Ordinária. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em 5 jan 2019.

Art. 79. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas.

§ 1º A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor.

§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor<sup>16</sup>.

Observe que em seu parágrafo § 1º temos a proteção sobre o autor da fotografia quando utilizadas por terceiros, determinando que se uma pessoa quer utilizar as fotografias tiradas por alguém deve indicar, de forma clara, o nome do autor. Além disso, no parágrafo § 2º, temos uma proibição expressa de alteração das fotos por terceiro, se não houver autorização do criador.

O artigo 108 da mesma lei prevê, expressamente, que o uso de qualquer tipo de obra intelectual, sem a identificação de seu autor, gera dever de indenização por danos morais, além de obrigação de divulgação do nome de seu verdadeiro criador, com apresentado:

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade da seguinte forma:

I - tratando-se de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por três dias consecutivos;

II - tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor.

III - tratando-se de outra forma de utilização, por intermédio da imprensa, na forma a que se refere o inciso anterior.

O relator que abordou o assunto, o Ministro Luis Felipe Salomão, explicou em sua decisão que o ordenamento jurídico brasileiro protege a fotografia como objeto do direito autoral, no artigo 7º, inciso VII, da Lei 9.610/1998. Entretanto, o

---

<sup>16</sup> BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Brasília, DF, 1998. Lei Ordinária. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em 5 jan 2019.

ministro defendeu que a titularidade de uma obra fotográfica pertencerá ao fotógrafo, e não ao fotografado, já que se trataria de uma obra de criação do primeiro. No caso julgado, o jurista entende que o fotografado seria titular de outros direitos, relativos à imagem, honra e intimidade, não cabendo um pedido sobre direito autoral e titularidade da imagem como relata:

“É o fotógrafo o detentor da técnica e da inspiração, quem coordena os demais elementos complementares ao retrato do objeto, como iluminação; é quem capta a oportunidade do momento e o transforma em criação intelectual, digna, portanto, de tutela como manifestação de cunho artístico”<sup>17</sup>.

Aliás, o direito à imagem, por sua amplitude, e tomando como referência à Lei no 9.610/98 - Lei de Direitos Autorais - estende além da tutela do inventor, a proteção ao retratado e ao artista intérprete ou executante. Não esquecendo dos cuidados em relação a defesa à imagem como um direito do autor, presente no inciso XXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, e confirmando um dispositivo de direito patrimonial sobre à imagem no sua menção: “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar”.

---

<sup>17</sup> STJ - REsp: 1005278 SE 2007/0264631-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 04/11/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2010 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17380430/recurso-especial-resp-1005278-se-2007-0264631-0-stj/certidao-de-julgamento-17380434?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

### 3 DIREITO À IMAGEM NA JURISPRUDÊNCIA

O Superior Tribunal de Justiça, nas oportunidades em debruçar sobre o tema, discutiu o duplo conteúdo do direito à imagem: o moral e o patrimonial ou material. O primeiro interligado com os direitos da personalidade, enquanto que o segundo relacionado ao uso da imagem como material de divulgação, seja nas formas licenciada ou onerosa.

Nas discursões sobre o tema corroboraram sobre o entendimento nas reparações sobre o direito à imagem por dano moral - devido ao uso não autorizado da imagem - e nas patrimoniais, quando se discutiu a comprovação dos prejuízos materiais e/ou financeiros decorrente da utilização dos direitos sobre o uso das imagens.

Os casos examinados a seguir terão análises de situações distintas e concretas da defesa dos direitos à imagem e do direito do autor, tendo relação direta com as situações de divulgação protegidas pelos direitos da personalidade e outros relacionados.

#### 3.1 CASO SOBRE O DIREITO À IMAGEM

A jurisprudência dos tribunais de justiça, incluindo o Supremo Tribunal Federal, protegem o direito à imagem de diversas formas, seja como uma ofensa à honra, seja como uma lesão à privacidade ou intimidade.

Da mesma maneira, quando na oportunidade sobre um recurso especial o Superior Tribunal de Justiça, definiu a imagem como:

**CIVIL. DIREITO DE IMAGEM. REPRODUÇÃO INDEVIDA. LEI N. 5.988/73 (ART. 49, I, F). DEVER DE INDENIZAR. CÓDIGO CIVIL (ART. 159). A imagem é a projeção dos elementos visíveis que integram a personalidade humana, e a emanção da própria pessoa, e o eflúvio dos caracteres físicos que a individualizam. A sua reprodução, consequentemente, somente pode ser autorizada pela pessoa a que pertence, por se tratar de direito personalíssimo, sob pena de acarretar o dever de indenizar que, no caso, surge com a sua própria utilização indevida (grifo nosso).**

É certo que não se pode cometer o delírio de, em nome do direito de privacidade, estabelecer-se uma redoma protetora em torno de uma pessoa para torná-la imune de qualquer veiculação atinente a

sua imagem; todavia, não se deve exaltar a liberdade de informação a ponto de se consentir que o direito a própria imagem seja postergado, pois a sua exposição deve condicionar-se a existência de evidente interesse jornalístico que, por sua vez, tem como referencial o interesse público, a ser satisfeito, de receber informações, isso quando a imagem divulgada não tiver sido captada em cenário público ou espontaneamente.

Recurso conhecido e provido<sup>18</sup>.

No provimento do recuso, é notável que existe uma preocupação com a exposição da imagem, pois sua divulgação por meio jornalístico tem como base o interesse público, todavia considerava que a liberdade de informação deveria ser mitigada em termo da privacidade do indivíduo.

Segundo Flávio Tartuce, a ponderação parece ser a melhor técnica para resolver os conflitos existentes entre o direito à imagem e à intimidade versus o direito à liberdade de imprensa e à informação, relatando que esses direitos estão nas decisões dos julgados tribunais e servirão como uma base de informação dos atuais conflitos (TARTUCE, 2017, p.99).

O Supremo Tribunal Federal apreciando o assunto seguiu o mesmo entendimento de tutelar a própria imagem, diante da utilização da fotografia, em anúncio com fim lucrativo, sem a devida autorização da pessoa fotografada. Sob a égide da vigente Constituição da República, ao consagrar o direito à imagem como direito autônomo, é expressivo relatar o seguinte julgado da Corte Maior:

“CONSTITUCIONAL. DANO MORAL: FOTOGRAFIA: PUBLICAÇÃO NÃO CONSENTIDA: INDENIZAÇÃO: CUMULAÇÃO COM O DANO MATERIAL: POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, X.

I. Para a reparação do dano moral não se exige a ocorrência de ofensa à reputação do indivíduo. O que acontece é que, de regra, a publicação da fotografia de alguém, com intuito comercial ou não, causa desconforto, aborrecimento ou constrangimento, não importando o tamanho desse desconforto, desse aborrecimento ou desse constrangimento. Desde que ele exista, há o dano moral, que deve ser reparado, manda a Constituição, art. 5º, X.

---

<sup>18</sup> STJ, REsp: 58101 SP 1994/0038904-3, rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 16/09/1997, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 09/03/1998 p. 114. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/517122/recurso-especial-resp-58101-sp-1994-0038904-3> >. Acesso em 12 fev 2019.

II. - R.E. conhecido e provido”<sup>19</sup> (RE 215.984/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 28.6.2002).

É inegável o papel da publicidade e da divulgação de informações para as empresas que querem através delas atingir mais clientes para seus produtos. No entanto, a concretização de muitas das publicidades são realizadas com imagens de pessoa que não consentiram seus direitos à imagem.

Exemplo de um caso ocorreu em 2014 quando a modelo Vanessa Nunes da Silva discutiu ação contra a Nestlé Brasil LTDA por utilização de sua imagem após extinção de cessão de contrato de uso de imagem. A lide chegou como Recurso Especial na citação da emenda:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. UTILIZAÇÃO DE IMAGEM APÓS A EXTINTO CONTRATO DE CESSÃO DE USO. DANO MORAL IN RE IPSA. ARTIGOS ANALISADOS: 11, 20 E 398 DO CC.

1. Ação de reparação de danos materiais cumulada com compensação por danos morais ajuizada em 14/2/2008. Recurso especial concluso ao Gabinete em 13/8/2012.
2. Demanda em que se discute a existência de dano moral puro decorrente da utilização de imagem com fins comerciais após a extinção de contrato de cessão em razão do advento do termo contratual.
3. Dispensa-se a comprovação de dor e sofrimento, sempre que demonstrada a ocorrência de ofensa injusta à dignidade da pessoa humana.
4. A violação do direito à imagem, decorrente de sua utilização para fins comerciais sem a prévia autorização, caracteriza dano moral in *re ipsa* a ser compensado (Súmula 403/STJ).
5. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros de mora contam-se desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ, sejam os danos materiais ou morais.
6. Recurso especial provido<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> STF, REExt: 215984 RJ, rel. Min. CARLOS VELOSO, Data de Julgamento: 4/06/2002, T2 - SEGUNDA TURMA. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=246432>>. Acesso em 12 fev 2019.

Importante frisar que não são só as pessoas públicas que estão sujeitas ao uso indevido de sua imagem. Em dezembro de 2010, a quarta turma do STJ decidiu que a CIFORM - CENTRAL DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS LTDA deveria indenizar JANE FERREIRA CAILHEIROS DE MELO por danos morais e uso indevido de imagem, decorrente de publicação e sem sua autorização, de fotografia do falecido cônjuge WINISTON NUNES MELO ainda ensanguentado e em meio às ferragens de acidente automobilístico.

Segundo o relator, o ministro Luis Filipe Salomão, o direito à imagem assumiria posição de destaque no âmbito dos direitos da personalidade e esse fato deveria ser tutelado. Além disso, em seu entendimento deve-se compreender a imagem não apenas como o semblante da pessoa, mas também partes distintas de seu corpo (exteriorizações da personalidade do indivíduo em seu conceito social).

Nessa mesma perspectiva, o ministro traz as palavras de Hermano Duval que conceituava: "Direito à imagem é a projeção da personalidade física (traços fisionômicos, corpo, atitudes, gestos, sorrisos, indumentárias, etc.) ou moral (aura, fama, reputação, etc.) do indivíduo (homens, mulheres, crianças ou bebê) no mundo exterior" (DURVAL, 1988. p.105).

Outro voto importante e referenciado sobre o tema, o Ministro Cesar Asfor Rocha, apreciou-se a questão do direito à imagem dos mortos, elucidando:

"É bem verdade que a Constituição Federal, em seu artigo 5, inciso IX, garante a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Até que ponto, entretanto, escudado nessa liberdade de expressão pode alguém invadir a intimidade alheia, conspurcar a sua imagem ou dela tirar proveito econômico? Tenho como certo que o limite é encontrado no próprio texto constitucional tendo em vista que logo no inciso seguinte (nº X, do artigo 5) ele garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Ensina a melhor doutrina que sempre que direitos constitucionais são colocados em confronto, um condiciona o outro, atuando como limites estabelecidos pela própria Lei Maior para impedir excessos e arbítrios. Assim, se o direito à livre expressão da atividade intelectual contrapõe-se o direito à inviolabilidade da

---

<sup>20</sup> STJ, REsp: 1337961 RJ 2011/0228795-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 03/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/06/2014. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25138068/recurso-especial-resp-1337961-rj-2011-0228795-5-stj?ref=serp>>. Acesso em 12 fev 2019.

intimidade, da vida privada, da honra e da imagem segue-se como consequência lógica que este último condiciona o exercício do primeiro.

À luz destes princípios, pondera o insigne Carlos Alberto Bittar que na divulgação da imagem é vedada qualquer ação que importe em lesão à honra, à reputação, ao decoro (ou à chamada imagem moral ou conceitual), à intimidade e a outros valores da pessoa (uso torpe)...Não são permitidas, pois, quaisquer operações que redundem em sacrifício desses valores, que receberão sancionamento em conformidade com o bem violado e nos níveis possíveis.<sup>21</sup>

No Acordão, a Quarta Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator Luís Felipe Salomão e os demais Srs Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e João Otávio de Noronha que votaram conjuntamente, como segue abaixo:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DIREITO À IMAGEM. MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

1. Descabe a esta Corte apreciar alegada violação de dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, ainda que com intuito de prequestionamento.

2. Havendo violação aos direitos da personalidade, como utilização indevida de fotografia da vítima, ainda ensanguentada e em meio às ferragens de acidente automobilístico, é possível reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme art. 12 do Código Civil/2002.

3. Em se tratando de pessoa falecida, terá legitimação para as medidas judiciais cabíveis, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral, até o quarto grau, independentemente da violação à imagem ter ocorrido antes ou após a morte do tutelado (art. 22, § único, C.C.).

4. Relativamente ao direito à imagem, a obrigação da reparação decorre do próprio uso indevido do direito personalíssimo, não havendo de cogitar-se da prova da existência de prejuízo ou dano. O dano é a própria utilização indevida da imagem, não sendo necessária a demonstração do prejuízo material ou moral. Precedentes

5. A indenização deve ser fixada em termos razoáveis, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. Impossibilidade

---

<sup>21</sup> STJ, REsp: 58101 SP 1994/0038904-3, rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 16/09/1997, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 09/03/1998 p. 114. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/517122/recurso-especial-resp-58101-sp-1994-0038904-3> >. Acesso em 12 fev 2019.



de modificação do quantum indenizatório sob pena de realizar julgamento extra petita. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.<sup>22</sup>

Diante da exposição sobre o direito à imagem para as notícias observa-se que assertivamente o tribunal teve razoabilidade, proporcionalidade e bom senso ao proferir sua decisão. Fato que possibilitou um julgado importante e relevante sobre o tema de direito à imagem com relação ao aspecto do uso não autorizado e sem o consentimento daqueles que teriam o direito preterido.

### 3.2 DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA

A divulgação não autorização do uso de imagem é o caso mais comum de violação de direito nos processos apresentados nos tribunais. Nas mesmas ações, a titularidade passiva *ad causam* serão das pessoas que publicaram obras que não foram autorizadas por seus autores, pois verifica-se que os cuidados com os direitos autorais são de responsabilidade daqueles que divulgarem as imagens.

Nesse mesmo sentido também inclina-se a jurisprudência pelos Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, prosseguindo com um julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Ari Pargendler, por unanimidade, não conhecer do recurso especial no qual tratava de divulgação não autorizada em jornal, tendo o seguinte entendimento o ministro relator Antônio de Pádua Ribeiro:

Ação de indenização. Danos morais. Publicação de fotografia não autorizada em jornal. Direito de imagem. Inaplicabilidade da Lei de Imprensa.

I. - A publicação de fotografia não autorizada em jornal constitui ofensa ao direito de imagem, ensejando indenização por danos morais, não se confundindo, com o delito de imprensa, previsto na Lei nº 5.250/67. Precedentes.

II. - Recurso especial não conhecido.<sup>23</sup> (STJ - REsp: 207165 SP 1999/0021035-2, Relator: Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO,

<sup>22</sup> STJ - REsp: 1005278 SE 2007/0264631-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 04/11/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2010 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17380430/recurso-especial-resp-1005278-se-2007-0264631-0-stj/certidao-de-julgamento-17380434?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

<sup>23</sup> STJ, REsp: 207165 SP 1999/021035-2, Relator: Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Data de Julgamento: 26/10/2004, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/12/2004 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7237444/recurso-especial-resp-207165-sp-1999-0021035-2-stj/relatorio-e-voto-12997008?ref=amp>>. Acesso em 9 jan 2019.

Data de Julgamento: 26/10/2004, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 17.12.2004 p. 512RSTJ vol. 188 p. 323)

Pacificamente a Súmula 403, do Superior Tribunal de Justiça determina que: “Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”<sup>24</sup>. Importante dispositivo em na jurisprudência que reconhece e protege o direito à imagem para utilização em publicidade.

Segundo Farias e Rosenvald, a utilização indevida da imagem de qualquer pessoa, por si só, já induzira o pressuposto de dano indenizável, não tendo relação com a qualidade da imagem ou de existência de referências positivas (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p. 204).

Noutra oportunidade, asseverou, didaticamente sobre a obrigação de reparação do próprio uso indevido de imagem sem ter necessidade de comprovação do prejuízo material ou moral, pois em se tratando de um direito da personalidade, o que remete que o direito à imagem deverá ser protegido em qualquer ação de publicar sem consentimento e autorização, por si só, já demonstraria os danos, como assim relata o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira:

“Em se tratando de direito à imagem, a obrigação de reparação decorre do próprio uso indevido do direito personalíssimo, não havendo de cogitar-se da prova da existência de prejuízo ou dano. O dano é a própria utilização indevida da imagem, não sendo necessária a demonstração do prejuízo material ou moral”<sup>25</sup>

Para entendimento sobre a cessão de direitos de imagem, cita-se o caso que a atriz DEBORA FIALHO SECCO ajuizou ação de indenização por perdas e danos materiais e morais, além de rescisão de contrato e obrigação de não fazer,

---

<sup>24</sup> BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 406.** Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. Disponível em: < [http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.pdf](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf)>. Acesso em 10 jan 2019.

<sup>25</sup> STJ, Ac. 4a T., REsp. 267.529/RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 3.10.2000, DJU 18.12.2000, p. 208. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24348742/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-148421-sp-2012-0024630-6-stj?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

em face de EDITORA ABRIL S.A, julgado que apresentaria os elementos necessários para a discursão em questão.

A ação foi julgada no Superior Tribunal de Justiça através de Recurso Especial Nº 1.322.704 - SP (2012/0092034-4), votado pelo relator e Ministro Luis Felipe Salomão, que decidiu monocraticamente os entendimentos sobre os direitos autorais da fotografia ao fotógrafo, portanto, não gozaria a modelo desse direito, e que o uso de sua imagem abrangeria apenas reparações que compreenderiam a quebra de acordo no contrato civil para cessão de uso da imagem e seus desdobramentos:

DIREITO CIVIL. DIREITO DE IMAGEM VS DIREITO AUTORAL. ENSAIO FOTOGRÁFICO. VIOLAÇÃO A ARTIGO DA LEI DE DIREITOS AUTORAIS. DESCABIMENTO. DIREITOS DA PERSONALIDADE. EXPLORAÇÃO. CESSÃO. DIREITO DE IMAGEM. ALCANCE CONTRATUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 5/STJ.

1. O ordenamento jurídico brasileiro, de forma ampla e genérica, confere à fotografia proteção própria de direito autoral. Art. 7º, inciso VII, da Lei n.9.610/1998 e art. 2 da Convenção de Berna.

2. Porém, em se tratando de fotografia, para efeitos de proteção do direito autoral das obras artísticas, é autor o fotógrafo e não o fotografado, este último titular de outros direitos da personalidade, como a imagem, a honra e a intimidade. É o fotógrafo o detentor da técnica e da inspiração, quem coordena os demais elementos complementares ao retrato do objeto – como iluminação –, é quem capta a oportunidade do momento e o transforma em criação intelectual, digna, portanto, de tutela como manifestação de cunho artístico.

3. A modelo fotografada não goza de proteção do direito autoral, porque nada cria, dela não emana nenhuma criação do espírito exteriorizada como obra artística. Sua imagem compõe obra artística de terceiros. Portanto, descabe analisar a apontada ofensa ao art. 4º da Lei de Direitos Autorais, uma vez que tal dispositivo não socorre à modelo fotografada, a qual não é titular de direitos autorais oponíveis contra a editora da revista na qual as fotos foram divulgadas.

4. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Casos confrontados que não guardam similitude fática nem merecem soluções jurídicas idênticas. A ideia de que a cessão de direitos de imagem não deve ser interpretada ampliativamente está, a rigor, correta (Arts. 11 e 20 do Código Civil de 2002). Isso, todavia, não afasta métodos também consagrados de hermenêutica contratual que incidiriam no caso em apreço, como aquele segundo o qual “nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da

linguagem” (art. 85 do CC/1916 e art. 112 do CC/2002); o de que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme os usos e costumes (art. 113, CC/2002); ou que “o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa” (art. 111 do CC/2002).

5. Com efeito, a solução buscada pela recorrente encontra óbice intransponível na Súmula 5/STJ, pois demandaria reexame de cláusulas, cláusulas essas cujo alcance – sobretudo em um cenário de dúvida, como amiúde ocorre – não se limita à mera releitura de sua literalidade incontroversa.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.<sup>26</sup>

Observa-se na decisão que a recorrente não teve acolhida sua hipótese de direito autoral porque a modelo não gozaria do direito. De fato, não caberia a fotografia ser de sua autoria, pois adviria da criação e produção do fotógrafo como poderá se verificar na doutrina e verificada em outras decisões presentes nos julgados.

O Superior Tribunal de Justiça decidiu positivamente o entendimento, assegurando a fotografia como obra protegida e confirmando a propriedade imaterial do fotógrafo, além de acrescentar a obrigatoriedade de cessão do direito patrimonial sobre a obra para transferir para terceiros e possível uso, como visto na seguinte decisão:

DIREITO AUTRAL. FOTÓGRAFO CONTRATADO. RELAÇÃO DE TRABALHO. PROPRIEDADE IMATERIAL INALIENÁVEL DAS FOTOGRAFIAS. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO AUTOR DA OBRA PARA A PUBLICAÇÃO POR TERCEIROS. DESNECESSÁRIA A CESSÃO, CONTUDO, PARA A PUBLICAÇÃO PELO PRÓPRIO EMPREGADOR.

I - A fotografia é obra protegida por direito do autor, e, ainda que produzida na constância de relação de trabalho, integra a propriedade imaterial do fotógrafo, não importando se valorada como obra de especial caráter artístico ou não.

<sup>26</sup> STJ - REsp: 1005278 SE 2007/0264631-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 04/11/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2010 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17380430/recurso-especial-resp-1005278-se-2007-0264631-0-stj/certidao-de-julgamento-17380434?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

II - O empregador cessionário do direito patrimonial sobre a obra não pode transferi-lo a terceiro, mormente se o faz onerosamente, sem anuência do autor.

III - Pode, no entanto, utilizar a obra que integrou determinada matéria jornalística, para cuja ilustração incumbido o profissional fotógrafo, em outros produtos congêneres da mesma empresa.

IV - Recurso Especial provido.<sup>27</sup>

Segundo o Ministro Luis Felipe Salomão, em seu voto como relator, o direito de autor ou direito autoral “se preocuparia com a proteção das chamadas criações do espírito - como espécie do gênero criações intelectuais, que englobam as marcas, patentes e softwares -, desde que exteriorizadas das mais variadas formas”.

Na argumentação, o campo da fotografia deve ser considerado como obra artística, e todos os pensamentos deverão seguir no sentido de assegurar o direito do autor e todos os outros que sejam conexos, sendo o direito à imagem tão importante quando o direito do autor.

Nesta perspectiva, o doutrinador Rui Stoco faz brilhante distinção entre os dois conceitos apresentados, primeiramente sobre o direito à imagem e em seguida sobre o direito do autor, demonstrando a necessidade do consentimento que o autor deve ter com o direito à imagem para permissão de uso, como segue:

O direito à imagem está ligado ao do autor exatamente por incidirem ambos, muitas vezes, sobre o mesmo objeto: a figura humana.

Não se confundem, todavia.

Quanto aos artistas, seu direito à execução ou interpretação (enquanto obra do espírito) pode coincidir com o seu direito à própria imagem, pois que a execução artística da obra literária, coreográfica, musical etc. se realiza no mais das vezes mediante atuação pessoal do artista, visual ou vocal, modalidades de imagem da pessoa.

Sem embargo, não são a mesma coisa.

Cada qual tem expressão jurídica própria com suas próprias consequências.

[...]

<sup>27</sup> STJ, REsp 1.034.103/RJ, rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 21/09/2010. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16808806/recurso-especial-resp-1034103-rj-2008-0040376-9>>. Acesso em 9 jan 2019.

A reprodução da imagem, conseqüentemente, somente pode ser autorizada pela pessoa a quem pertence, não competindo indagar se a publicação teria ou não produzido 'dano moral' ou constituído causa de enriquecimento ilícito.

É direito personalíssimo (como o direito ao nome e às cartas pessoais), que, inclusive, não se integra na propriedade autoral do fotógrafo, já que a pessoa representada e seus sucessores imediatos podem opor-se à reprodução ou pública exposição do retrato ou busto.

A legislação especial sobre direito autoral e o Código Civil (art. 20), conseqüentemente, em sua vedação expressa de reprodução ou publicação de imagem de pessoa, salvo se autorizada ou se necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, não cogitam de ofensa à moral ou à dignidade, ou da ausência de pretensão de enriquecimento ilícito por parte do responsável pela reprodução ou publicação.

Quer dizer, pois, que a pessoa pode obstar a reprodução da sua imagem, prevalecendo a sua vontade sobre a do proprietário do retrato ou busto, o que se explica por ser certo que ela é a maior interessada, não se admitindo que, contra sua vontade, seja exposta a sua figura em público [...].(STOCO, 2013, p. 886-888)

Acrescenta Farias e Rosenvald que o direito do autor se apresentará em duas espécies, que estão, necessariamente, interligados, formando um todo, uno e indivisível: os direitos morais do autor (de essência personalíssima) e os direitos patrimoniais do autor (de índole material, produzindo efeitos na esfera dos direitos reais, por conta da caracterização de um modelo específico de propriedade) (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p. 228).

### 3.3 DECISÕES SOBRE O DIREITO DO AUTOR

Os autores da fotografia enquanto obras intelectuais e artísticas gozam de duas espécies de direitos autorais, os morais e os patrimoniais (ou materiais), como já apresentados.

Desta forma, os direitos morais estão sempre relacionados com o autor da imagem produzida, independente de quaisquer que sejam as circunstâncias, pois são intransferíveis e irrenunciáveis na medida que dizem respeito à atribuição da obra para o seu autor. Já os direitos patrimoniais, ou materiais, dizem respeito ao

uso comercial da imagem, alertando para o aspecto de sua autorização quando realizada por terceiros, sendo de forma gratuita ou onerosa.

Para um maior esclarecimento sobre o direito do autor, o Superior Tribunal de Justiça recebeu alguns Recursos Especiais tratando sobre os direitos autorais, indenização de por danos morais e materiais, e outras sanções civis. De fato, os recursos não contestam o direito que o fotógrafo possui em relação a sua produção, mas remetem pedidos diversos que serão analisados.

Segundo Farias e Rosenvald a definição da relação jurídica autoral é:

Toda evidência, privada, baseada na própria personalidade humana, somente merecendo proteção por conta do próprio ato criador, representando, de certo modo, a própria pessoa do autor. (FARIAS e ROSENVALD, 2015, p. 226)

Em 2016, a BBM EDITORA LTDA interpôs o recurso especial com alegação sobre possível violação do Código de Processo Civil e a Lei de Direitos Autorais. O recurso tratava da ação indenizatória por danos morais e patrimoniais interposta pelo fotógrafo ROGERILSON OLIVEIRA MEIRELES, advinda da utilização de suas imagens, sem autorização, e sem nomeá-lo como autor, no qual foram publicadas em revista publicitária.

Dos pedidos requeridos no recurso especial, apenas a revisão no aumento do valor da indenização foi admitido, pois na reforma da sentença para elevar o valor da indenização por danos morais, a decisão anterior, ultrapassava o valor pedido pelo autor da ação. Os outros recursos tratavam do descabimento de danos patrimoniais arbitrados na decisão e sustentavam a inclusão do município de Foz de Iguaçu na sentença, pois a BBM EDITORA acreditava que o município deveria ser denunciado na lide por fornecer as fotografias que ensejaram no processo de pedido de indenização.

No voto, o Ministro João Otavio de Noronha entendeu que todos os argumentos de indenização eram justos e cabíveis, no entanto, acrescentou importante julgado que responsabilizaria quem de fato publicou o material, pois deveria ter ciência de quem era o detentor do direito autoral das imagens e não publicá-las sem as devidas autorizações:

DIREITOS AUTORAIS. LEI N. 9.610/98. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SANÇÃO CIVIL. FOTOGRAFIAS. PUBLICAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO NEM INDICAÇÃO DE AUTORIA.

1. Nas ações que têm por objeto a vulneração de direitos autorais, a titularidade passiva ad causam é da editora que publicou obra não autorizada pelo autor. Portanto, não cabe denunciar à lide terceiro que eventualmente tenha fornecido material a ser divulgado, pois os cuidados com os direitos autorais é de quem publica.

2. O art. 103 da Lei n. 9.610/98 dispõe sobre indenização, decorrente da sanção civil que regulamenta, na medida em que prevê a perda dos exemplares de obras literárias, artísticas ou científicas publicadas sem autorização do autor intelectual e/ou pagamento em espécie do valor de tais exemplares. Mesmo sendo norma que impõe sanção na forma por ela estipulada, sua aplicação não foge aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo-se sopesar a gravidade do ato praticado e sua repercussão na esfera privada do autor cujos direitos foram afrontados.

3. Recurso especial conhecido e provido em parte.”<sup>28</sup>

Na desenvolvimento do recurso se tratou também sobre o art. 103 da Lei n. 9.610/98 que dispunha sobre indenização, decorrente da sanção civil, na medida em que tinha previsão a perda dos exemplares de obras literárias, artísticas ou científicas publicadas sem autorização do autor intelectual ou pagamento em espécie do valor dos exemplares. Contudo, o magistrado entendeu a gravidade do ato praticado e qual seria a repercussão na vida do fotógrafo cujos direitos foram afrontados. De qualquer maneira, identifica-se que o julgador apreciou de forma ampla a matéria de direito do autor, proferiu a revisão do pedido indenizatório solicitado, e por fim, deu seguimento no processo para as reparações e o devido cumprimento da demanda.

Não menos importante, decisão de setembro de 2018 na 3ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, como sede em Vitória, tratou sobre o pedido de reparação de danos recorrente sobre direitos autorais do renomado fotógrafo SEBATIÃO RIBEIRO SALGADO JÚNIOR contra o MERCADOLIVRE.COM

---

<sup>28</sup> STJ, REsp: 1317861/PR 2012/0068814-2, rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 05/05/2016, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/05/2016. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/340018015/recurso-especial-resp-1317861-pr-2012-0068814-2> . Acesso em 9 jan 2019.



ATIVIDADES DE INTERNET LTDA e a pessoa jurídica DETUDOUMPOSTER, este último que comercializava tais imagens sem autorização.

Na petição inicial, o Sebastião Salgado, como é mais conhecido, alegou que DETUDOUMPOSTER violaria o direito autoral de suas fotografias, reproduzindo indevidamente as suas obras e as comercializando no Mercado Livre sem sua autorização.

Diante do caso, se verificou a responsabilidade e o dever de indenizar na hipótese o Mercado Livre, enquanto o DETUDOUMPOSTER a extensão dos danos e o valor da indenização arbitrada. Assim, o Juiz de Direito JAIME FERREIRA ABREU referenciou e apresentou a seguinte jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade de participação de empresas de conteúdo na internet:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REDE SOCIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR DE APLICAÇÃO. REDE SOCIAL. FACEBOOK. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMOÇÃO DE CONTEÚDO. FORNECIMENTO DE LOCALIZADOR URL DA PÁGINA OU RECURSO DA INTERNET. COMANDO JUDICIAL ESPECÍFICO. NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO DO REQUERENTE. MULTA DIÁRIA. OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL. DESCABIMENTO.

1. Esta Corte fixou entendimento de que "(i) não respondem objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de informações ilegais; (ii) não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários; (iii) devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos; (iv) devem manter um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários, cuja efetividade será avaliada caso a caso". Precedentes.

2. Aos provedores de aplicação, aplica-se a tese da responsabilidade subjetiva, segundo a qual o provedor de aplicação torna-se responsável solidariamente com aquele que gerou o conteúdo ofensivo se, ao tomar conhecimento da lesão que determinada informação causa, não tomar as providências necessárias para a sua remoção. Precedentes.

3. Necessidade de indicação clara e específica do localizador URL do conteúdo infringente para a validade de comando judicial que ordene sua remoção da internet. O fornecimento do URL é obrigação do requerente. Precedentes deste STJ.

4. A necessidade de indicação do localizador URL não é apenas uma garantia aos provedores de aplicação, como forma de reduzir eventuais questões relacionadas à liberdade de expressão, mas

também é um critério seguro para verificar o cumprimento das decisões judiciais que determinar a remoção de conteúdo na internet.

5. Em hipóteses com ordens vagas e imprecisas, as discussões sobre o cumprimento de decisão judicial e quanto à aplicação de multa diária serão arrastadas sem necessidade até os Tribunais superiores. 6. O Marco Civil da Internet elenca, entre os requisitos de validade da ordem judicial para a retirada de conteúdo infringente, a "identificação clara e específica do conteúdo", sob pena de nulidade, sendo necessário, portanto, a indicação do localizador URL.

7. Recurso especial provido.<sup>29</sup>

Em sua decisão, o Juiz entendeu que o Mercado Livre, realmente, não estava obrigado, a controlar de maneira antecipada os conteúdos disponibilizados pelos usuários da sua plataforma de vendas. De toda forma, entendeu que o servidor MercadoLivre.com teria a responsabilidade de retirar imediatamente as páginas contendo as imagens referentes a sua obra, salve guardado o direito do autor e sua propriedade em relação as imagens que foram comercializadas, contemplando a defesa sobre a ofensa aos direitos do fotógrafo Sebastião Salgado.

Quanto ao desenvolvimento da sentença, merece ser apreciado as palavras do magistrado quando relata sobre os danos morais e patrimoniais que foram alegados na ação, já que percebe-se em suas palavras a preocupação que o magistrado demonstra a importância e o tempo que autor dedicou ao seu trabalho de fotografia:

Sobre os danos morais alegados pelo autor na hipótese, a tese autoral merece acolhimento, mormente porque, como explicado pelo autor, a comercialização de sua obra sem um mínimo de qualidade, sem respeito à coletânea à qual pertencia, bem como por valores esdrúxulos, estariam a macular o trabalho de uma vida desenvolvido pelo demandante.

Ressalte-se o fato notório de que o demandante chegou o a dedicar anos de sua vida em uma única expedição fotográfica, resultando numa obra completa, para, após, ver suas fotos renomadas serem

---

<sup>29</sup> STJ, REsp: 1642560/SP 2016/0242777-4, rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 12/09/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/11/2017. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/526809659/recurso-especial-resp-1642560-sp-2016-0242777-4>> . Acesso em 3 fev 2019.

vendas de forma precária e subvalorizadas.

Carlos Alberto Bittar explica que os direitos patrimoniais ou materiais do autor “são aqueles referentes à utilização econômica da obra, por todos os processos técnicos possíveis. Consistem em um conjunto de prerrogativas de cunho pecuniário que, nascidas também com a criação da obra, manifestam-se, em concreto, com a sua comunicação ao público” (BITTAR, 2003).

É importante perceber que na tutela do direito do autor não se necessita antecipadamente de registrar a obra, pois é ato facultativo ao autor, tendo portanto a proteção legal desde à sua criação. No entanto, para o caso em questão, as imagens já eram registradas e de grande importância na vida do fotógrafo, o que simplificou o reconhecimento da suas produções mesmo que fossem contestadas, segundo o que diz o Código de Processo Civil no art. 333 - “O ônus da prova incumbe: I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.

Quando não existe a indicação do autor na imagem quando feita a divulgação, o Superior Tribunal de Justiça, entende-se através do Recurso Especial pela Terceira Tuma, que teve o Ministro Ari Pargendler como relator, que não referenciar a imagem ao seu autor renderá o direito a danos morais, como segue:

DIREITOS AUTORAIS. PUBLICAÇÃO DE FOTO SEM A IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA. A fotografia, quando divulgada, indicará de forma legível o nome do seu autor (Lei nº 5.988/73, art. 82, § 1º); o descumprimento dessa norma legal rende direito à indenização por danos morais. Recurso especial não conhecido. (REsp 132.896/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 04/12/2006, p. 292)

Para esclarecimento sobre a aplicabilidade do danos materiais decorrente da comprovação do autor quando da ocorrência, pode-se analisar a seguinte decisão do Ministro Massami Yueda da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no qual retrata a reparação considerando o número de exemplares vendidos, no caso de revistas e jornais, como segue:

RECURSO ESPECIAL - DIREITOS AUTORAIS - FOTOGRAFIAS -  
PROTEÇÃO LEGAL - PUBLICAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO -

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DO PERIÓDICO - INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 103, DA LEI 9.610/98 - DANOS MATERIAIS - CABIMENTO - CRITÉRIO OBJETIVO - ARTIGO 944, DO CÓDIGO CIVIL - EXTENSÃO DO DANO MATERIAL - VALOR USUALMENTE RECEBIDO PELO AUTOR DA OBRA ARTÍSTICA - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.(...)

II - A proteção dos direitos autorais sobre fotografias está expressamente assegurada, nos termos do inciso VII do art.7 da Lei 9.610/98.

III - A exegese do art. 103, da Lei 9.610/98 é clara no sentido de que o eventual ressarcimento pela publicação indevida deve ocorrer tendo como parâmetro o número de exemplares efetivamente vendidos. Ausência, na hipótese, em que a divulgação ocorreu de forma graciosa.

IV - Nesses casos, a indenização pelos danos materiais orienta-se pela regra concernente ao art. 944 do Código Civil, bem como o valor usualmente recebido, pelo autor da obra artística, pela comercialização de suas fotografias.

V - Impõe-se reconhecer que não se admite recurso especial pela alínea c quando ausente a demonstração, pelo recorrente, das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados.

VI - Recurso especial improvido.<sup>30</sup>

Nos casos onde não existe um parâmetro como quantidade de exemplares, referencia-se o entendimento do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado Luis Felipe Salomão, que em seu voto de decisão de recurso, fixou a quantia para os danos materiais sobre um valor normalmente cobrado para o serviço de uso de imagem, assim se percebe que o entendimento poderia ser aplicado a um trabalho de divulgação para Internet, como segue:

“De outro lado, quanto aos prejuízos materiais, sem embargo aos argumentos da requerida, de que a indenização deve ser fixada em quantia normalmente cobrada para um trabalho desta natureza, como, por exemplo, com base no valor pago pelas Prefeituras pelas fotografias, denota-se que a Lei 9.610/98, traz dispositivos contemplando a sanção para a violação dos direitos autorais, e a

---

<sup>30</sup> STJ, REsp: 1.158.390/RJ 2016/0242777-4, rel. Min. MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 15/12/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 7/02/2012. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21276960/recurso-especial-resp-1158390-rj-2009-0200092-8-stj/relatorio-e-voto-21276962>>. Acesso em 4 fev 2019.

forma de cálculo (arts. 102 -110), os quais devem ser observados para a fixação da indenização por danos materiais”.<sup>31</sup>

A responsabilização civil poderá, portanto, ser usada como forma de reduzir novas práticas de infração aos direitos do fotógrafo, pois as normas postas lhe garantiria a possibilidade de reparação pelos danos patrimoniais e morais, além de formas de quantificar o trabalho desenvolvido. Por outro lado, nada pode-se fazer quando o fotógrafo não buscar o devido direito autoral e as reparações que são cabíveis em relação às suas criações e obras. No mesmo sentido, as decisões no Superior Tribunal de Justiça confirmaram que são cabíveis tanto o dano moral quanto o material sobre a trabalho imaterial da fotografia e seus desdobramentos.

---

<sup>31</sup> STJ - REsp: 1005278 SE 2007/0264631-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 04/11/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2010 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17380430/recurso-especial-resp-1005278-se-2007-0264631-0-stj/certidao-de-julgamento-17380434?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizou pesquisa acerca do direito autoral do fotógrafo diante da doutrina majoritária e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A pesquisa se iniciou a partir das perspectivas de conceitos constitucionais como do direito à personalidade, direito à imagem.

Dentro dos direitos da personalidade, o direito à imagem se apresenta frágil diante de tecnologias mais acessíveis e da grande necessidade de informação da sociedade moderna. Assegurar o direito à imagem e o direito à liberdade de imprensa são fundamentais nesse processo de desenvolvimento do conhecimento, permitindo, por outro lado, o direito à informação e a liberdade de imprensa, mas garantindo também a possibilidade de tutelar outros direitos assegurados em nossa constituição.

O direito à liberdade de imprensa, tanto na doutrina como na jurisprudência, devem ser analisados, e desta maneira, impostos limites quando considera-se a invasão dos outros direitos da personalidade e dos conexos, assegurando a “função social das imagens”. Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, as imagens publicadas deverão ser éticas e de interesse público, além de ter transparência e veracidade. Importante que os mecanismos de tutela para dirimir os conflitos entre os direitos e as liberdades estão presentes na Constituição Federal, no novo Código Civil e nas legislações sobre os temas.

Assim como a doutrina majoritária, foi debatido que direito à imagem é de fato um direito autônomo, que se apresenta nos chamados direitos da personalidade, tendo portanto, previsão legal constitucional e cível para sua defesa, mas que mesmo envolvendo as colisões de interesses mencionados na pesquisa, a solução no caso concreto dependerá de uma adequada ponderação nos direitos que estão presentes.

Sem dúvida, a fotografia e o direito à imagem têm papéis preponderantes na divulgação, sendo elemento indispensável da comunicação nos múltiplos meios, canais e plataformas como a Internet. Dessa maneira, não pode-se negar a importância de imagens nos canais enquanto informação e divulgação do conhecimento para todos, no entanto, os problemas que envolvem os direitos do autor na fotografia estão relacionados com a facilidade na obtenção das imagens

protegidas e acessadas por meio digital e que são utilizadas em publicidade, propagandas e pela imprensa sem autorização.

É substancial inibir condutas abusivas utilizadas em divulgação de imagens pelos canais de comunicação. Deve-se da mesma forma, garantir a autoria de produções fotográficas e proibir a utilização comercial dessas obras sem autorização, algo considerado como um dos maiores desafios para os próximos anos, já que a imagem é uma das formas artísticas que mais geram interesses das pessoas e que são amplamente propagadas no meio digital.

É sabido que as obras fotográficas produzidas possuem fatores de impedimentos ao fotógrafo, como a concessão ou autorização de quem é fotografado para uso, utilização e comercialização das mesmas. Mas na presente pesquisa, o Superior Tribunal de Justiça pacificamente entende que o fotógrafo é o real detentor do direito autoral, quando produz uma fotografia.

De nada pode-se fazer quando o fotógrafo não busca o direito autoral e as reparações cabíveis em relação às suas criações e obras. Por outro lado, decisões no Superior Tribunal de Justiça relatam que é cabível o dano moral e o material que o fotógrafo sofre. No entanto, deverá ser verificado por meio adjudicação de demanda e a comprovação do fato.

Com relação ao dano moral para os fotógrafos e autores de imagens, o fato das fotografias serem divulgadas sem autorização e sem qualquer menção de seu nome na obra, já garante uma reparação pecuniária. Na mesma hipótese, as pessoas que foram fotografadas e tiveram suas imagens divulgadas, não terão o mesmo direito, pois deverão comprovar que as imagens causaram algum prejuízo em sua imagem, como no trabalho, na sociedade e na família.

Diante dos danos materiais, observa-se que os magistrados ainda são um tanto incertos em suas decisões para garantir tais pedidos. Na pesquisa, identifica-se que nos julgados em tribunais comuns, um fotógrafo desconhecido, deverá comprovar o reconhecimento e valor de seu trabalho, pois só justificando a importância do mesmo, e tendo bons argumentos, conseguirá o *quantum* justo perante as ações.

Frisa-se que as imagens que são utilizadas na internet para qualquer uso comercial - ou mesmo para a divulgação de informações jornalísticas, não atribuídas naqueles casos de exceções, necessitariam de autorização prévia de quem

realmente possui o direito sobre o uso, senão, configurará o dever de reparação sobre o danos morais e patrimoniais, dispensável provar o fato para os autores.

E por fim, conclui-se esta pesquisa atendendo aos objetivos traçados identificando as normas legais e os entendimentos jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça para os profissionais da fotografia no campo do direito autoral, a partir da análise da doutrina sobre o direito autoral e os casos concretos de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. No processo de pesquisa, identificou-se casos recentes de direito à imagem julgados no Superior Tribunal de Justiça e analisou-se os entendimentos da legislação atual com relação ao código civil e a constituição. Com o presente trabalho, verifica-se que o tema é de suma importância nos dias atuais - como já citado, proporcionando uma introdução breve sobre a temática, e por isso, vislumbra-se que seja necessária mais pesquisas que aprofundem o assunto estendendo-o à outras situações específicas como, por exemplo: a relação de quem produz a fotografia e quem a torna pública, a relação do profissional de fotografia e a liberdade de imprensa, a relação comercial do profissional de fotografia e empresas que adquirem as imagens.



## REFERÊNCIAS

BITTAR, Carlos Alberto. **Direitos de autor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 21 jan 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.965, de 24 de abril de 2014**. Brasília, DF, 2014. Lei Ordinária. Publicada no DOU de 24 de abril de 2014. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)>. Acesso em 25 jan 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Brasília, DF, 1998. Lei Ordinária. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em 5 jan 2019.

\_\_\_\_\_. **Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 37**. São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.pdf](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf)>. Acesso em 10 jan 2019.

\_\_\_\_\_. **Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 406**. Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.pdf](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.pdf)>. Acesso em 10 jan 2019.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Civil. Lei n.13.105 de março de 2015**. Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em 25 jan 2019.

\_\_\_\_\_. **Código Civil. Lei n.10.406 de janeiro de 2002**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-norma-pl.html>>. Acesso em 25 jan 2019.

COSTA, Paulo José da Costa Júnior. **“O direito de estar só: tutela penal da intimidade”**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, pág. 116.

DURVAL, Hermano. **Direito à imagem**. São Paulo: Saraiva, 1988. p.105

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: parte geral**. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: parte geral e LINDB**. vol. 1. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

G1, **Tribunal americano decide que macaco não é autor de famosa selfie, 2018**. Disponível em:<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/tribunal-americano-decide-que-macaco-nao-e-autor-de-famosa-selfie.ghtml>>. Acesso em 25 jan 2019.

LORENZETI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 508.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

STF, ADPF 130/DF, rel. Min. Carlos Britto, 30.4.2009. ADPF-130. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo544.htm#ADPF%20e%20Lei%20de%20Imprensa%20-%208>> . Acesso em 12 fev 2019.

STJ, REsp: 58101 SP 1994/0038904-3, rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 16/09/1997, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 09/03/1998 p. 114. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/517122/recurso-especial-resp-58101-sp-1994-0038904-3> >. Acesso em 12 fev 2019.

STJ, REsp: 1337961 RJ 2011/0228795-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 03/04/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/06/2014. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25138068/recurso-especial-resp-1337961-rj-2011-0228795-5-stj?ref=serp>>. Acesso em 12 fev 2019.

STJ - REsp: 1005278 SE 2007/0264631-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 04/11/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2010 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17380430/recurso-especial-resp-1005278-se-2007-0264631-0-stj/certidao-de-julgamento-17380434?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

STJ, Ac. 4a T., REsp. 267.529/RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 3.10.2000, DJU 18.12.2000, p. 208. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24348742/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-148421-sp-2012-0024630-6-stj?ref=serp>>. Acesso em 9 jan 2019.

STJ, REsp 1.034.103/RJ, rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 21/09/2010. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16808806/recurso-especial-resp-1034103-rj-2008-0040376-9>>. Acesso em 9 jan 2019.

STJ, REsp: 1317861/PR 2012/0068814-2, rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 05/05/2016, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/05/2016. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/340018015/recurso-especial-resp-1317861-pr-2012-0068814-2> . Acesso em 9 jan 2019.

STJ, REsp: 1642560/SP 2016/0242777-4, rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 12/09/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/11/2017. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/526809659/recurso-especial-resp-1642560-sp-2016-0242777-4>> . Acesso em 3 fev 2019.

STJ, REsp: 207165 SP 1999/021035-2, Relator: Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Data de Julgamento: 26/10/2004, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/12/2004 Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7237444/recurso-especial-resp-207165-sp-1999-0021035-2-stj/relatorio-e-voto-12997008?ref=amp>>. Acesso em 9 jan 2019.

Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Processo nº 04B4789; Documento nº SJ 200503030047892; Rel. Ferreira de Almeida; j. 03.03.2005; v.u. No mesmo sentido: TRF - 2ª Região - 3ª T.; AC nº 97.02.08886-0-RJ; Rela. Juíza Maria Helena; j. 8/9/1998; v.u.; DJU 23/2/1999. RT 766/425. Disponível em

<[www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/artigos/Gustavo\\_imagem.doc](http://www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/artigos/Gustavo_imagem.doc)> Acesso em 3 fev 2019.

STOCO, RUI, Tratado de Responsabilidade Civil: Doutrina e Jurisprudência. São Paulo, Revistas dos Tribunais, 2013.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. vol. único. São Paulo: Editora Método, 2017.

TJDFT, Disponível em <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/edicao-semanal/violacao-de-direito-autoral-fotografia>>. Acesso em 10 jan 2019.

TRT, **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região** : Vol. 1, n. 12 (out. 2012) Disponível em <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/97281>>. Acesso em 15 jan 2019.